

# ALVO GLOBALIZAÇÃO: O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

## JÂNIO ALEXANDRE DE ARAÚJO

Mestrando em Educação (UFRN) e Graduado em Gestão de Políticas Públicas (UFRN).  
janioaraujori@gmail.com;

## MARIA JANINE ALEXANDRE DE ARAÚJO

Pedagogia (Uninassu) e Tecnóloga em Recursos Humanos (FAEL);

## RESUMO

A abordagem teórica dos fenômenos sociais contemporâneos apresenta uma projeção importante no que tange aos novos espaços de lutas, isso ocorre a partir da virada do século XX e procedeu no século seguinte, são os caracterizados movimentos antiglobalização, cuja sua contestação de forma mais ampla surgem na aversão dos efeitos de uma globalização com efeitos cada vez mais questionáveis e inquietantes. Nessa interligação desses movimentos internacionais, nasce em 2001, na cidade de Porto Alegre o Fórum Social Mundial (FSM), tendo como principal anseio a criação de espaço que se expressa a maior força dos indivíduos, a fim de promover alternativas ao modelo da globalização excludente. Observou-se ainda que pelo fato que o ser um espaço que estimula propostas nas trocas de experiências articulada, é também um motivo para trabalharmos de como o ente estatal reconhece as ações do FSM via políticas públicas. Como fontes de dados foram utilizadas informações retiradas das principais referências bibliográficas que versa sobre o tema, assim como material disponível na rede mundial de computadores e documentos oficiais do evento. O ápice da discussão será quando passamos a perceber que o fenômeno social abraça como luta o reconhecimento de uma alternativa que preze a democracia participativa e por esse motivo análise referente às políticas públicas, já que nós debates atuais a gestão participativa torna-se importante.

**Palavras-chave:** Globalismo, Dinâmica Social. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

Fronte à concepção que o processo neoliberal globalizante passa por análises cada vez mais inquietantes, suas formulações apresentam lacunas e abordagens como área propícia para o debate da participação e o enfrentamento culminado por um processo em uma interrogação sistemática da crise do capitalismo. Com uma contestação mais ampla contra a nova ordem econômica global, os efeitos da globalização parecem ser o motivo para despertar nos indivíduos a vontade de mudanças e enfrentamento a efeitos controversos do processo de globalização. E nesse sentido, tal reflexão sobre as estratégias e articulações dos coletivos sociais que surgem nos anos 90, o que chamamos de “movimentos antiglobalização” ou “movimento altermundista”, afim de em maiores níveis de organização atuar como a forma mais ampla de contrapor as persistências do sistema capitalista.

O movimento antiglobalização mostra-se na virada deste novo milênio, como uma das notórias novidades na arena política e no cenário da sociedade civil. Gonh (2004). O comando do poder econômico global está traduzido nos anseios de uma globalização nebulosa, comanda por políticas neoliberais dos Estados e multinacionais que demonstram cada vez mais, o seu poderio frente às ações expostas na imensa variabilidade social, cujo favorecimento é fortalecido naqueles que assumem essa postura.

Ocorre desse modo uma governança global exclusivamente, enfatizada a interesses localizados em pensamentos pouco próximos no que diz respeito ao cessamento de problemas da sociedade menos favorecida. Nesse sentido de efervescência dos movimentos antiglobalização, surge em 2001, o Fórum Social Mundial (FSM), tendo como principais anseios, criar um espaço que expressaria a maior força de participação dos indivíduos, a fim de promover alternativas ao modelo globalizante excludente. Seu lema é “Um outro mundo é possível”. E nesse prisma, o evento seria a sofisticação dos movimentos antiglobalização que demonstraria a capacidade de formulação, organização e vocalização de alternativas daquilo que muitos estudos chamam de sociedade civil global. Seus eventos mundiais já ocorrem nos últimos dez anos em três continentes do sul global, América Latina, Ásia e África.

Uma novidade política, cujas respostas dos governos nacionais deveriam ser enfatizadas ao plano de definição do modelo democrático participativo,

porque apesar de projeção mundial, retrataria responsabilidade bastante forte no país que o abrigava. É um espaço plural, diversificado, não governamental e não partidário que estimula o debate, a reflexão, a formulação de propostas, a troca de experiências e a articulação entre organizações e movimentos sociais, do âmbito local ao internacional, pela construção de outro mundo, mais solidário, democrático e justo.

Contudo, apesar desse fenômeno social sistematizar ações coletivas a fim de cunhar transformações sociais, quais seriam suas implicações âmbito do aparelho estatal, bem como em algumas políticas públicas emergentes no debate? A respeito disso, é sabido que no Fórum Social Mundial o caráter deliberativo não ocorre, sendo que seu reconhecimento aos alhures dos governos está aplicado a uma manobra de compartilhamento de responsabilidades perante as mazelas do Estado. Um espaço de luta caracteristicamente multifacetado, como o Fórum Social Mundial abarca a importância de analisarmos onde se encontra a contribuição das suas discussões e ações, em face de um Estado neoliberal, cujos interesses de multinacionais não promoveria o desenvolvimento social, mas sim o engrandecimento da elite global governamental. Será que o Brasil está preocupado em aplicar via políticas públicas à interação apresentada nos eventos do FSM? Nesse sentido, o presente documento tem como centro de interesse, apresentar o papel desempenhado nesse compilado de movimentos altermundista que chamamos de Fórum Social Mundial, em certas políticas públicas do Estado brasileiro.

Poderemos ver como as ações do FSM surtem na reflexão de direcionamentos para o projeto, que até então seria apenas discutido nos gabinetes do governo. Cabe ainda dizer que, tal debate é oportuno no sentido que as políticas públicas ocorrem segundo (RUA, 2009, p. 36) “em um ambiente tenso e de alta densidade política, caracterizada por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade”, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia. Em maiores contribuições, podemos verificar que os novos fenômenos sociais, evidentemente, os altermundistas, em especial o FSM tem sua ação estruturada em redes informacionais globais, o que pareceria uma contradição, pois as redes são encaradas como veículo de comunicação mais promissor da globalização, mas do ponto de vista das ações do FSM, tais redes servirão de apoio pelo acesso às informações em um “guardachuva” nas atividades articuladas

em prol da dignidade e busca de democracia mais participativa, bandeiras principais dos encontros.

A presente análise defende que será necessário ir além das manifestações de massas e protestos. Será necessário passar a uma etapa propositiva, na intenção de buscar respostas aos desafios de construção de “outro mundo” em que a economia e a política estivessem a serviço do ser humano e o inverso

## **METODOLOGIA**

Com base na caracterização de uma investigação metodológica é que, neste caso, se utiliza a pesquisa bibliográfica e de técnica exploratória, sendo desse modo usado como procedimento a notória revisão de artigos científicos, bem como a utilização de esquemas explicativos, constituídos com a finalidade de melhor compreensão do leitor, relativo às características e procedimentos, e, ainda uma abordagem teórica utilizando-se de informações de caráter histórico investigativo, complementando com material disponível na rede mundial de computadores. Além da utilização dos procedimentos descritos nas linhas anteriores, observa-se à Carta de Princípios aprovada e adotada em 2001, pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e os alguns documentos que surgem em detrimento do evento e sobre a temática em questão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Antes de adentrarmos no cerne da temática, se faz necessário fazermos algumas ponderações sobre os movimentos e o processo de globalização a qual nós estamos presenciando nas últimas décadas, deste modo tais definições serão propostas para que o leitor compreenda a real dimensão das estruturas e dinâmicas de redes sociais da atualidade, que se processam em fenômenos no intuito de mudar a realidade. Em primeiro lugar observa-se que os movimentos sociais do século XXI se reportam a um contexto político e econômico que transbordam a um controle do Estado, aliás, o poder estatal nessas dinâmicas vem sendo cada vez mais contestado, ou seja, os movimentos sociais desempenham o papel de impulsionador de ações de políticas públicas e pela a configuração da sociedade, seriam os precursores do reconhecimento de atores que se sentem oprimidos.

Contudo, podemos analisar que os governos estatais veem os movimentos contemporâneos como uma das soluções para silenciar ou então apassivar a sociedade, fazendo o uso da legitimação e incorporando-os como parceiros, o que culminaria no processo de institucionalização, porém nas análises de Pasquino (1994) essa institucionalização escancarada não ocorre na maioria dos casos, muitos usam essa prerrogativa para possivelmente desqualificar as ações e desvirtuar o caráter contestador dos movimentos, embora o mesmo autor reconheça que, pelo seu grau de complexidade, os movimentos sociais, principalmente do ocidente, possuem pelo menos em um dos seus fatos ou ações alguns resquícios de institucionalização, o que não furtaria a compreensão que não há movimentos integralmente desposuídos de legitimação ou institucionalização, embora de forma sutil.

Nessa mesma esteira, podemos analisar que os caracteres híbrido e complexo dos movimentos sociais, os transformam em objetos de estudo com fontes inesgotáveis de interpretação ínfimas. Ainda em uma explicação dos movimentos sociais atuais, Pasquino (1994) busca trazer para o enriquecimento do debate, duas abordagens clássicas das ações coletivas que ocorrem no mundo. A primeira interpretação vislumbra nos discursos dos célebres Weber, Durkheim e Marx, que consiste em dizer que o comportamento coletivo é fruto de inquietações da ação social, sendo essas ações caracterizadas pelo rompimento de estruturas tradicionais e mecanismos puramente do Estado, e para esse pensamento tal Estado silencia as reivindicações das demandas em detrimento do aumento do seu poderio e de uma classe favorecida. Nessa mesma esteira, vemos que para os coletivos sociais a melhor solução seria iniciar um processo revolucionário, a qual houvesse a mudanças nas ações e sistemas políticos e de classes.

A segunda interpretação clássica parece ser a mais próxima do objeto de estudo desse artigo, que irá versar sobre o impacto do Fórum Social Mundial nas políticas públicas, comportando, logicamente, algumas críticas e outras interpretações mais modernas, tal interpretação vem sendo descrita como reações de massas e erupção delas por vários motivos que violam os direitos de uma dada sociedade. Para alguns estudiosos como Le Bon (2005), comportamentos coletivos são comparados como verdadeiras multidões que questionam não minimamente o poder do Estado, mas também a ordem social existente. É o caso dos movimentos antiglobalização.

Ao longo do estudo poderemos observar essas atribuições nas ações sociais dos movimentos em questão. Uma crítica relevante que se faz a essa

segunda abordagem clássica, está em dizer que por terem esse caráter de emoções exacerbadas, poderiam eles -os indivíduos guardarem uma irracionalidade e imitações de comportamentos coletivos muito generalizados, ocorrendo desse modo, uma possível manipulação dos líderes e o não atendimento dos seus objetivos.

A produção e a distribuição econômica dos países também influenciam bastante as inquietações das massas, o que permearia uma agenda extensa de reivindicações que permearia aberto campo de discussão e ações. Na realidade, os posicionamentos teóricos das abordagens clássicas possuem se não, a investigação que serve de amparato ou base para teorias mais modernas de comportamentos coletivos de massa, haja vista que a temática tem a contribuição de outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Psicologia e a Economia. Na problematização de Gonh (2004) a interpretação das abordagens clássicas data até os anos 60 do século XX, sendo que essas correntes analíticas possuíam as ponderações na questão da modificação de processos mais extensos e ligados a romper barreiras das sociedades industriais. E como o sistema político daquele momento era aberto, haveria margem para que as ações coletivas extrainstitucionais soassem como desestabilizador e antidemocrático. A mesma autora contribui dizendo que essa interpretação de desqualificar as ações coletivas, provocaria desconforto e desconfiança ideológica, pois as políticas públicas estariam próximas apenas de uma vontade do Estado sem arguição da sociedade. Tarrow (2005) complementa afirmando que o entendimento do processo de construção dos movimentos sociais é caracterizado com um campo de atuação infundável e de difícil encontro com a compreensão da sua natureza social.

As definições propostas para a análise dos fenômenos coletivos permanecem em construção e de atuação dependente de muitas variantes coletivas. Concordando com essa argumentação, Castells (2001) diz que os movimentos sociais são definidos como uma problemática cercada por constantes controvérsias, sendo que tais dinâmicas são simultaneamente observadas pelo seu fracasso ou êxito; dessa forma, os estudos das ações sociais se fundem, segundo essa análise, por questões que fazem valer ou não as transformações ou suas consequências. Então, por esse motivo podemos dizer há uma expectativa declarada da sociedade quanto às ações dos coletivos sociais. Uma definição de movimentos sociais poderá ser vista nos discursos de Machado (2007), no qual as abordagens existentes sobre movimentos sociais são das mais variadas e aceitáveis ou não para efeito de

estudos. Em suma, os movimentos sociais têm a função de orientar as formas de atuação da sociedade, bem como trazer o caráter de organização e articulação que observamos em conglomerados de interesses e valores comuns.

Foi a partir dos anos 70 que a concepção de movimentos sociais passou por uma mudança significativa, cuja consistência na luta de classes já não era o principal motivo das mobilizações, pois até então os movimentos sociais eram considerados “como um produto da ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista” (MACHADO, 2007, p. 253), ou seja, havia nos discursos, como nós já podemos prever uma abordagem marxista-estruturalista. Perto desse argumento, observamos que as abordagens clássicas passaram a ficar ultrapassadas pelo notável fato de que as mobilizações ampliaram o alcance de suas reivindicações, lutando por causas das mais variadas, isso decorre também pelo surgimento de outros atores sociais e o aumento de coletivos sociais que aproveitavam a oportunidade para mostrar suas reivindicações.

O processo de representação do que seriam “os novos movimentos sociais” estava bastante afastado do caráter classista, operando com uma pauta, até mesmo pacifista, a exemplo os ambientalistas, pelos direitos humanos e outros. Porém devemos ressaltar que as características pacifistas não fazem parte de todo o processo de mobilização, pois é provável que o conflito de ideias gere em seus ativistas uma revolta quanto à ação do Estado ou de multinacionais, no caso do movimento antiglobalização, podemos exemplificar o “Black Bloc”, movimento pelo qual alguns dos seus ativistas usam máscaras e destroem o patrimônio público, a fim de trazer a atenção contra o repúdio às ações das multinacionais, porém para cunho de análise criteriosa devemos observar que essa performance violenta dos “Black Bloc” não acontece em todo seus integrantes, pois a concepção de depreciação do patrimônio público e generalizações seriam engrandecida pela a mídia. Fazendo breve alusão histórica, exemplificamos que o ano de 1968, foi marcante na emergência e na concepção de novos movimentos sociais e culturais, pois até aquele momento, como já foi supracitada na outra sessão, a discussão sobre tais movimentos privilegiava a centralidade do movimento operário e a hegemonia do pensamento marxista.

Como ilustração, podemos ver a repercussão desses emergentes movimentos sociais e culturais em 1968, onde eclodiu em diversas sociedades manifestações típicas de ações reivindicatórias, destaca-se ainda a reação ao autoritarismo institucional na França, a luta contra a Guerra do Vietnã e

pelos direitos civis nos Estados Unidos e a resistência à ditadura militar no Brasil.

Diante desse exposto, Gonh (2004) reforça dizendo que ocorreu uma estrutura de oportunidades política, junto com o grau de organização dos grupos mandatários, enfatiza-se a uma análise cultural nas análises dos discursos, bem como na interpretação desses diante a nova realidade dos movimentos sociais. Engrandecendo o debate, observa-se que esses novos movimentos sociais estão articulados globalmente e decorrem das mudanças no cenário econômico e político internacional, já que ocorre no fim da Guerra Fria nos anos 90 e ascensão desses movimentos como atores importantes na “simbiose entre democracia ocidental e capitalismo” (MACHADO, 2007, p. 254). Nessa esteira, a visão que se tinha de que os movimentos sociais seriam subversivos ou de caráter revolucionário passou a cair por terra, pois a sociedade gradativamente passou a entender que os novos movimentos sociais possuíam uma característica própria e uma alternativa para a resolução de problemas que afetava a todos.

Avulta desses argumentos, constatarmos a nova realidade dos coletivos sociais e principalmente um contexto político do qual esses atores deverão desempenhar o papel de catalisador de demandas sociais que não foram contempladas através de políticas públicas. Em primeiro aspecto, para aprimorar o debate observa-se que à medida que os Estados passam a reconhecer e legitimar os movimentos sociais ocorre igualmente um maior número de parcerias e ações redefinidas em conjunto. Machado (2007). Tais movimentos sociais agiriam de forma mais branda quanto aos questionamentos para com o Estado, pois muitos desses movimentos não possuiriam o que o autor chama de problema distributivo e identidade contestatória do poder estatal. Nesse caso, haveria uma dimensão social incorporada simplesmente para a preservação cultural a cooperação em meios institucionais, cuja validade seja reconhecida socialmente categorizada no voluntariado.

O Estado não seria tratado nessa perspectiva como um adversário, mas sim parceiro, e o arco de interesses dos movimentos seriam tendenciados a aumentar a confluência com os governos. Portanto, emerge a essa crítica à apropriação do questionamento da real efetividade dos movimentos sociais em um plano de representação legítima de interesses e ações sócio-políticas, bem como seu impacto em decisões dos governantes. Conforme Giddens (2005), as pretensões dos movimentos sociais deverão atender a possibilidade de constituição de espaços de construção e reconstrução das lutas e



relações cotidianas, assim como das condições socioeconômicas por meio do real exercício de ações e um olhar crítico mais apurado, atendendo as peculiaridades, de um dado problema, anseio ou expectativa.

Quando os movimentos sociais não chegam perto dessas dimensões, o seu papel passa a ser meramente ilustrativo e em vias de estratégias de realizações para o bem comum, não possuiriam muita importância e eficácia. Vinculado a essa crítica, na esteira dos movimentos sociais altermundista, que serão trabalhados em oportunidades futuras, verificamos a necessidade de uma compreensão de qual seria a ligação direta ou indireta com a dada situação problemática. Será que as instituições governamentais estão preocupadas em atender os interesses dos movimentos ditos antiglobalização, principalmente o Fórum Mundial Social? Será que esses fenômenos influenciariam ou produziram políticas públicas? Pois, frente a esse questionamento apuramos que a luta dos coletivos sociais, caminham, segundo algumas teorias, cada vez mais paralelo com a incorporação de valores e aspirações às leis e práticas políticas dos governos. Machado (2007). Percebe-se que o apoio internacional a qual se vincula os movimentos antiglobalização, baseia-se em certos princípios internacionais que desencadearia na disfarçada efetivação de seus ideais e demandas, pois muitos desses movimentos recorrem à temática com aprofundamento de reflexões mais universais, como a liberdade, direitos do homem e igualdade.

Temáticas cujo interesse beneficiaria e muito a ascensão político internacional de grupo de países que desejam relacionar esses ideais ao seu programa político. Touraine (1997). Portanto, aparece mais um importante debate e principal para desmiuçar o presente trabalho. Analisamos que as políticas governamentais são fundamentais para medir a eficácia das ações dos movimentos sociais em um contexto de transformações coletivas. Perto desses argumentos, a contraposição às ações de organizações e corporações intergovernamentais com seu poderio cada vez mais global, consta também como um ambiente marcado por um posicionamento de lutas dos movimentos altermundista.

As pretensões dos movimentos antiglobalização ou movimento altermundista, vão variar de acordo com o contexto político social de um país ou em decorrência dos objetivos a qual a sociedade civil almeja alcançar, embora seus anseios primordiais sejam a contestação das consequências perversas do processo de globalização neoliberal.

E nessas aspirações que os movimentos contra a globalização dimensionam os seus questionamentos, pois são as ações do pacote político neoliberal e o processo sorrateiro do processo de globalização que tais movimentos lutam. Discorrer sobre a eficácia dos movimentos sociais perante as políticas públicas, entender a identidade assumida em cada coletivo, falar e questionar a eficácia dessas dinâmicas, também é se desprender de fazer generalizações preconceituosas que nada contribuiriam para estudar os fatos históricos e sociais das dinâmicas. Nessa linha, Held (1970) defende que na realidade há uma evidente falta de dinamismo e eficácia do Estado que passa por um processo de erosão de sua autoridade e que pratica suas políticas condicionadas a interesses de terceiros que não seja a sociedade. Os proveitos das multinacionais nesse processo influenciam na construção de uma análise pertinente às questões suscitadas sobre a eficácia de certos coletivos.

O fato é que principalmente no Brasil, uma de suas características é a persistência de elevados níveis de desigualdade social ao longo de sua história recente. Essa desigualdade manifesta-se de várias formas e está estruturada em boa parte das relações sociais da população, da força das grandes incorporações e da pífia visão das políticas governamentais.

Em decorrência, o tema da desigualdade social é o centro de interesse no Fórum Social Mundial, que segundo os seus preceitos, mesmo com recentes melhoras no nível de distribuição de renda, o Brasil ainda se encontra entre os países que apresentam os maiores níveis de desigualdade do mundo.

Nessa esteira, os movimentos sociais antiglobalização tornam-se relevantes para fazer debates e problematizações dessas diferenças em uma sociedade de parecidos na cultura, porém extremamente hierarquizada, em que estabelece, ora por regras explícitas, ora por normas sutis. Ordem essa bem definida pelos interesses das grandes incorporações e o Estado embebido delas. Vale lembrar que, não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, pois segundo Castell (2001) todas essas dinâmicas são sintomas de nossas sociedades, e em grande parte provocam impactos nas estruturas sociais, podendo ocorrer em diferentes graus de intensidade e resultados diversos, que devem ser determinados por meio de pesquisas. Tentado não perder o caráter contestatório, o FSM busca intensificar sua contribuição social via esforços de revigoramento das atividades democráticas e participativas.

A primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM) aconteceu em 2001 na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. A eleição de tal cidade de um país

periférico ou terceiromundista advém de sua excelência nas experiências pontuais de democracia participativa e por uma exposição popular dessa cidade para a realização do debate, principalmente nos governos petistas, em que na sua atuação governamental daquela época. Segundo Leite (2003) havia tentativas de iniciativas políticas que investisse no aprofundamento da cidadania e na participação democrática.

O Fórum Social Mundial se caracterizava também pela pluralidade e diversidade, tendo o caráter não confessional e não governamental, nem mesmo partidário. Propunha elaborar propostas de iniciativas políticas alternativas e investidas em proposições da democracia participativa e cidadã.

Devemos entender que o surgimento do Fórum Social Mundial não ocorre em um instante não planejado, mas sim fruto de outros precedentes importantes que já ocorriam em todo o mundo. Vemos assim, as articulações do que foi chamado “Ação Global dos Povos” (1998), cujos ativistas iniciariam uma sequência de movimentos que se concentram sobre as diferentes concepções no que concerne a prática da ação direta, conhecidos como “Dias de Ação Global”. As convergências das ações advinham de rejeição das formas de sistemas de dominação a qual a Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio, reunidas em Genebra, tentava impor aos países signatários. Ainda em 1998, os países mais ricos do mundo tentavam assinar um acordo conhecido como AMI - Acordo Multilateral de Investimentos. Segundo entidades que se insurgiram em contraposição a celebração desse acordo, tratava-se de um assunto que vinha sendo discutido em segredo no quadro da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com o intuito de passar a ser uma espécie de Constituição mundial do capital, que lhe daria direitos – principalmente nos países periféricos – daquilo que eles (os ricos) chamavam de “investimentos”. Para tais entidades essa era uma forma de impor aos demais países do mundo as forças hegemônicas da globalização, sustentadas pelo pensamento neoliberal.

Mas foi em 1999, que as manifestações altermundistas do “Ação Global dos Povos”, tiveram uma notoriedade, pois ocorreria nesse ano outra reunião da Organização Mundial do Comércio, na cidade norte-americana de Seattle (Batalha de Seattle). Nas palavras de (HARDT; NEGRI, 2005, p.281) o que mais surpreendeu e intrigou os observadores foi que “grupos anteriormente considerados em oposição uns aos outros – sindicalistas e ambientalistas grupos religiosos e anarquistas, e assim por diante agiam conjuntamente sem qualquer estrutura central e unificadora que subordine ou ponha de lado suas

divergências.” Retomando o FSM, já podemos observar que o tal fenômeno social, surge em um contexto de mobilizações antiglobalização evidenciado, principalmente, da segunda metade da década de 90 e tiveram o seu estopim em Seattle, durante a Reunião da OMC, como já supramencionado.

Ainda nas contribuições de Gohn (2004) sobre os movimentos antiglobalização dos anos 90, esses deram vazão à identidade representativa as ações coletivas modernas de inquietações à medida que sua atuação age globalmente, são discordantes das políticas neoliberais globalizantes, atuam em redes e sugerem um modelo alternativo à atual sociedade embasada no lucro e no mercado.

Nesse instante, o FSM funcionou como um canalizador da maioria dos movimentos sociais antiglobalização, que passaram a se organizar como dinâmicas em busca da democratização global do século 21, e exigiam ainda apontamentos para efetivar princípios democráticos perdidos no processo globalizante. O FSM funcionava ainda como o precursor que sintetizava o que a propagação de iniciativas e experiências que haviam propagado entre os movimentos.

O Fórum Social Mundial seria um tipo de modalidade sofisticada dos movimentos antiglobalização surgido na necessidade de debater políticas neoliberais globalizantes em um cenário de extrema instabilidade internacional. Rabelo (2011). Por assim dizer, o Fórum Social Mundial resguarda não somente como um movimento, mas sim vários movimentos e eventos em um só. Dele surge o que chamamos de fenômeno político social de caráter novo, sendo que para algumas análises, a síntese reivindicatória do evento se dilui em enfatizar a sucessão das reuniões combinadas por fatores que contrapõem a sujeitos e processos nas políticas globalizantes.

Essa globalização neoliberal que tanto o FSM trata em assumir como o motivador de disputas, pode ser evidenciado como o causador de transformações sociais a qual o sistema capitalista impôs perante aos povos como forma de controle ao poderio de terceiros e lógicas imperialistas. O FSM consolidou como um movimento de caráter global, com crescente capacidade de articulação política, segundo Rabelo (2011), o FSM inegavelmente, não poderá ser sintetizado a uma reunião de poucos dias em alguma parte do mundo, pois segundo a abordagem, o fenômeno se multiplica em várias reuniões locais, regionais, temáticos que ocorrem ao redor do mundo no intervalo dos encontros mundiais. O FSM é compreendido como um processo cultural global formado por uma gama de movimentos, em várias escalas e multissituado, a exemplo os fóruns policêntricos.

O encontro anual, “por assim dizer é um nó crítico no espaço e no tempo” (CONWAY, 2005, p, 425), a fim de cumprir considerações e articulações do processo de escala global, porém é bom lembrar que tal processo não pode ser reduzido a isso. Os termos de formalização do FSM são bem visíveis na sua Carta de Princípios, pois dela o norteamento das ações estão apresentadas para todos aqueles que usarão seus termos para a articulação e projeção de ações. Contudo antes disso, Rabelo (2011), elenca as principais características do FSM diante ao tom de discussões gerais dos encontros, que são elas:

Os encontros estão abertos à participação de qualquer indivíduo, movimento ou organização, que sejam críticos ao processo de globalização neoliberal, desde que não seja partido ou grupo armado; b) Deverá no evento a constante valorização de atividades que se organizem por redes, movimentos ou organizações, sem a anuência do comitê organizador, que as realizam no espaço disponibilizado para o evento do FSM, de acordo com critérios próprios do tema, público e formato; c) Nenhum encontro que ocorra dentro do processo do FSM, sejam seus eventos mundiais, regionais, locais ou temáticos, aprovam cartas finais ou resoluções que possam ser proclamadas como resultado final do encontro e d) Não existirá um porta-voz oficial do encontro, sendo que nenhum indivíduo, grupo ou organização poderá proclamar seus resultados gerais, não caberia falar em nome de um espaço, nem de seus participantes.

Diante das características elucidadas, podemos observar que a utopia a qual muitos autores abordam no encontro está muito bem observada em alguns termos do pretexto capaz de fazer interligação com as lutas que o identifica, contudo a discussão sobre a utopia do FSM não será aqui o alvo de estudo, podendo tal discussão servir como subjacência do presente documento. O encontro aborda como características, a autogestão e a não centralização de suas atividades, sendo um espaço que estimulará relações virtuosas entre as várias atividades que ali existirem. Desse modo, a busca por soluções independentes, porém pensadas em conjunto é notória em pelo menos no interior do fórum. Críticas que são realizadas a esse modelo auto-gerenciado são inevitáveis, visto que o modelo do FSM traz em si, impasses que levarão a cabo questionamentos dos limites dessa autonomia de gestão do evento e de seus indivíduos, pois se formos levar em conta o processo de organização a qual tanto foi falado em discussões anteriores, não poderia esse aglomerado de movimentos tangenciar-se dos conflitos

internos, passível de ordem, que possivelmente surgirão durante o processo de debate e discussão.

A perspectiva do evento em não aprovar modelos ou resoluções finais estaria comprometendo o resultado final dos encontros; vislumbra-se que essa medida minimizaria ou fecharia a pauta de discussão, porém do mesmo modo a qual a agenda ficaria aberta para efeitos de complementação, permaneceria suscetível também o resultado das ações a qual os sujeitos propunham nas discussões. Na medida em que foram ficando claras as características, é observado que no encontro ocorre uma desproporção entre as atividades e resoluções possuidoras de um apelo público, em detrimento das pontuais oficinas autogestionadas.

Ao serem confrontadas com a realidade do espaço a qual se pretende fazer o processo de transformação, muitas entidades ainda agarram em expectativas para um futuro a qual o projeto do FSM quer. Firma-se desse modo um espaço de disputa não somente pelo processo globalizante neoliberal, mas sim pelo espaço e identidade a qual os idealizadores ou percussores do evento objetivam internamente. Como fora mencionado em seção anterior, os movimentos não são despossuídos totalmente da participação do Estado na sua composição, por esse motivo é intensa a participação dos governos e partidos nessa organização de protestos, o que estaríamos se tratando então, seria de uma análise com abordagem complexa em detrimento do processo histórico e social que ilustra as dinâmicas ocorridas naquele dado momento, bem como a importância que os governos abonam aos encontros do FSM. Para efeito de aprofundamento da discussão, a composição dos governos nas ações do FSM, para alguns autores estão intensamente ligadas ao caráter articulado das tarefas estratégicas de transformação a qual esse fenômeno altermundista pretende alcançar.

Ocorre uma articulação política que ganha notoriedade internacional, e desta forma os governos de todo o mundo tomam como suas as bandeiras dos encontros. Próximo desses argumentos, observamos que a motivação para adesão dos governos nos encontros nesse fórum internacional, pode ser aferida na agenda plural e as temáticas diversas a qual é encontrada nesse compilado de movimentos.

Os Estados tratam isso como uma oportunidade de debater com a sociedade e tentar evidenciar preocupação quanto às problemáticas, tentam achar meios pelo qual, haja o enfrentamento em conjunto, de crises em determinados eventos histórico ou político. No FSM de 2003, por exemplo,

vemos que a crise política internacional gerada pelos atentados de 11 de setembro impôs uma agenda prioritária aos governos e simultaneamente ao encontro daquele ano. A luta contra a guerra e pela paz, muito interessava para uma análise de caráter conjuntural da situação política dos Estados nacionais, e isso não somente no nortecentral, mas também países cuja militarização da agenda política mostrava-se acima dos interesses da população e muito apreciado mercado bélico. As políticas públicas para esse seguimento deveriam ser repensadas e discutidas em face da evidente relação entre o presente estágio do sistema capitalista internacional e a falta de mecanismos lógicos para a resolução de conflitos.

A motivação para a adesão de indivíduos ou grupos no FSM estaria no fato de seus participantes sentem-se respeitados em suas opções, mesmo no apurado engajamento político que pode ser os mais divergentes. Segundo Whitaker (2005), grande parcela dos participantes comparecem aos encontros no intuito de trocar experiências, bem como tentar compreender as articulações de forma didática as ações dos coletivos.

Ainda na análise do ativista político, no FSM “estes participantes não receberão ordens, nem terão que seguir palavras de ordem, não serão cobrados, nem terão que prestar contas do que fizeram ou não, não terão que provar fidelidade e disciplina, não serão expulsos se não o fizerem.” (WHITAKER, 2005, 36). Pelo seu caráter muito inovador, podemos observar que são notoriamente debatidas questões de identidade e significados dos encontros, a literatura é bem extensa quanto as análises de causa, porém à luz de contextos ancorados em diversas realidades sociais, a necessidade de trabalharmos os efeitos do fenômeno social vem sendo necessária na compreensão ampliada dessa dinâmica altermundista, ou seja, os esforços no entendimento dos efeitos pressupõe uma atitude louvável, principalmente quando se referimos a ênfase dada as políticas públicas.

Até o presente momento já foram realizados vinte e quatro encontros do FSM, de 2001 a 2020, sendo que nos três primeiros anos (2001-2003) os debates ocorriam em Porto Alegre; Em 2004, o FSM inova e se projeta a outro continente, na cidade de Mumbai, Índia; No ano de 2005 o espaço de discussões antiglobalização volta à Porto Alegre; Em 2006, o evento inova mais uma vez e faz suas dinâmicas simultaneamente em três cidades de diferentes continentes. América do Sul, representado pela cidade de Caracas, Venezuela. Bamako, Mali representando o continente africano e Karachi no Paquistão, porém esse ultimo adiado em detrimento de catástrofe natural no

próprio país. Pela sua característica descentralizada quanto à realização em continentes, o FSM VI ficou conhecido como policêntrico; Em 2007 o encontro foi realizado na capital do Quênia, Nairóbi, naquele momento ocorre a participação de grandes ativistas que contrapõem ao racismo; Já em 2008, o FSM tenta diversificar seu formato e cria uma Semana Mobilização Global, o intuito era conscientizar a sociedade que a configuração em redes possibilitaria maiores resultados em espaços múltiplos de reivindicações; Em 2009, o Fórum volta ao Brasil, porém nas cidades da Região Norte do País, Manaus, Amazônia e Belém, Pará; Em comemoração aos dez anos do fenômeno social em 2010, o FSM passa foi concretizado na cidade originária do primeiro debate; Em 2011, acontece em Dakar, Senegal um evento que teve uma quantidade de participante gigantesca e por esse motivo faltou a observação nas questões logísticas, sendo cancelados algumas oficinas, Rabelo (2011); Com uma proposta que atendesse as reivindicações ambientais, assim como retratar o possível declínio do capitalismo, o XII FSM foi realizado em Porto Alegre;

Em março de 2013 com o tema “Dignidade” o encontro foi realizado na capital da Túnisia, Túnis. Vale ressaltar, conforme Santos (2005) nas estratégias do FSM, a composição social dos participantes vai variar de acordo com os locais de realização dos encontros, mas deve ser assegurada a participação ativa dos grupos mais oprimidos e excluídos de qualquer parte do mundo. Nos anos seguintes foram reformulações dos outros eventos.

Em linhas de investigação, constata-se que de certo modo alguns atores políticos, principalmente aqueles advindos do aparelho estatal, veem os encontros como uma das maneiras mais eficazes para formulação das políticas públicas. Ocorre que há uma vanguarda que preza pela consciência de participação e reconhecimento da intervenção dos movimentos para pressionar os governos, bem como uma possível “autoconsciência internacionalista” (TARROW, 2005, p. 2)

Ainda na perspectiva de análise Tarrow (2005) aponta que, tradicionalmente muitos governos conseguiram impor medidas contra os interesses coletivos, devido à crença na incapacidade de organização e resistência dos afetados, bem como a polarização de reivindicações que não interessariam politicamente os governos dado a falta de recursos.

Nessa mesma esteira, Sader (2009) complementa dizendo que não basta o Fórum Social Mundial seja reconhecido como a “outra superpotência”, como os jornais de grande circulação, como The New York times suscitou



os encontros no momento em que ocorria manifestações contra a guerra no Iraque em fevereiro de 2003. Seria preciso, então entender que as razões defendidas no fórum podem ser transformadas em algo capaz que modifique materialmente as questões sociais.

Nessa ocasião, aponta (RABELO, 2011, p. 138) “a proposta fundamental para agarrar atenção dos Estados para o FSM estava em definir uma agenda mínima que unisse a todos que se reúnem nos encontros, sistematicamente na luta contra o processo da globalização neoliberal.” Até o momento os encontros não possuem uma agenda mínima de reivindicações ou um documento final das atividades. O que ocorre são prestações de contas das organizações e entidades organizadoras dos encontros que não seriam para fins de conclusão dos debates.

Essa ausência de agenda mínima causaria algum distanciamento para com as ações dos encontros e interpretações que comprometeriam reivindicações que naquele espaço ocorreria.

Todavia, precisamos entender que a criação de uma agenda mínima, na esteira dos movimentos altermundistas é um mote particularmente, complexo e com finalidades das mais diversas. Complementando Whitaker (2005), defende que a razão pelo qual os encontros não possuem um apontamento final ou uma agenda mínima, não tem a ver com descompromissos das lutas que os compõe, pois o fórum em está de acordo com os princípios e propostas de ações de democracia participativa e plural, da qual muitos movimentos se convergem a um só fenômeno. Dessa maneira o respeito à diversidade seria assegurada, e evitaria uma disputa interna por uma notória visibilidade nas vários sujeitos políticos presentes nas discussões.

Na mesma análise o autor aponta que essa ação foi bem aceita e compreendida pelos participantes do fórum até o presente momento, sendo que os encontros buscam situar suas ações ao um mural de propostas que inspirem os governos no embate de mudanças. Porém, aponta-se como falha das falhas do FSM, da qual impediria seu reconhecimento na esfera estatal, a pouca preocupação dos organizadores em destacar as atividades auto-organizadas. Isso não ocorre, pois os organizadores estão mais preocupados com na definição do tema e quem seriam os nomes para as conferências centrais, que são aquelas responsáveis por iniciar as discussões durante todo fórum. Precisamente, seria necessária a criação de nova metodologia, que traduzisse na prática as atividades do FSM, embora possam observar que no FSM 2005, ocorrido em Porto Alegre, os questionamentos frente à uma

metodologia que favorecesse o caráter de autogestão das atividades e o que delas pode-se extrair como proposta que atingissem mais efetivamente as políticas públicas.

Direcionar os estudos do FSM para as políticas públicas é abordar encaminhamentos práticos que permite sensibilizar as ações do Estado, bem como trazer as questões mundiais, que até então eram raramente conhecidas no Brasil. Uma observação importante que é encontrada em alguns estudos que trabalham a alçada da aceitação dos acordos do nas esferas públicas, está nos embates contra as ações que potencializasse a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Em suma, a ALCA foi criada em 1994, pelos países signatários da Cúpula das Américas, a fim de diminuir barreiras alfandegárias ao longo do seu desenvolvimento e configuração. A intenção também era imprimir as ações de alguns países para o investimento em infraestrutura e em processos logísticos, tarefa muito inadequada com a realidade de alguns países pobres do continente. Santos (2005) afirma que em 2005, na 4ª Cúpula das Américas, as reivindicações do Fórum Social Mundial foram imprescindíveis para o engavetamento das propostas da ALCA. Os governos latino-americanos entenderam que os redirecionamentos da economia estavam cada vez mais distantes do contexto social da sua sociedade.

Foi nessa contestação que, de acordo com Leite (2003) os governos da América Latina começaram a repensar as interferências que essa integração comercial poderia afetar no território nacional. No Brasil, por exemplo, essa contestação dos movimentos que integravam o FSM, projetariam mudanças significativas no posicionamento e nas ações do governo em detrimento dessa imposição do poderio político de algumas potências centrais em uma área com particularidades sociais enormes.

No âmbito nacional as influências do Fórum Social Mundial têm sido apresentadas nas gestões municipais através do orçamento participativo em Porto Alegre, mas não somente na capital gaúcha, pois nas considerações de Santos (2005) em muitas outras cidades do país, vendo as proposições do encontro quanto meio de democracia participativa também adotam o orçamento participativo como forma de planejamento descentralizado. A intensidade das ações dos governos ocorre no momento em que o FSM começa a refletir a possível conversão das políticas sociais em políticas públicas, uma vez que o entendimento de redistribuição social estava muito associado às medidas compensatórias, residuais e estigmatizantes,

logicamente, com influência de uma filantropia, sujeita a solidariedade nada fundada em direitos.

Outra ilustração, que muito pode ser considerado como uma das influências do encontro, principalmente na virada do século, é a multiplicação dos conselhos de gestão de políticas públicas que diversificam-se de acordo com os segmentos de sociedade institucional da democracia participativa. Sader (2013).

Por tanto, o FSM veio restaurar de forma concreta a plataforma de políticas públicas que legitima essa luta e reivindica a universalização do acesso ao direito de defesa da cidadania. A discussão do que gira em torno do FSM, ganha grande interesse em via de formulação de políticas públicas, nos seus dez anos de criação. Percebeu-se que na aquele contexto cabia muito ressaltar as perspectiva de uma mobilização democrática na qual se contesta o modelo de estado neoliberal.

A sua proposta ganha notoriedade em janeiro de 2010 por organizações não governamentais presentes no FSM de Porto alegre, o “Nós existimos” encontra apoio no encontro na busca de fortalecer a luta dos grupos específicos por meio de atuação conjuntas, e tratar temas como a demarcação de terras indígenas, combate a corrupção e conservação ambiental.

Ressaltamos que meras suposições que o FSM influenciariam na projeção de uma ação do aparelho de governo, podem levar a aplicação do controle das políticas públicas direcionadas à audição das mobilizações sociais. Essa indagação fica mais evidente na aderência e aceitação dos encontros em todos os países que queiram discutir seus debates em território nacional.

Na abordagem de Leite (2003) o essencial é reconhecer que a situação institucional do país tem por produto o quadro de ação das organizações e esquematização dos atores de mobilização que são forças sociais tentando exercer certa influencia sobre as decisões do governo. A pressão dos coletivos sociais presentes no FSM tem, muitas vezes, como ator os estratos inferiores ou os elementos que mostram os impactos de Estado que não constrói alternativas ao modelo neoliberal de governo. Concepção encontrada nos princípios do evento. É importante destacar também, que as construções de políticas públicas em consonância com os debates do FSM é um papel que resulta nos esforços dos coletivos sociais, mas não somente, pois precisa-se ampliar os estudos científicos em um fenômeno coletivo que possui formato cada vez mais híbrido e densidades variáveis de reivindicações.

As indagações que ficam presentes nos futuros debates do FSM é que ele está ainda como um movimento que não perdeu seu caráter antiglobalização, ou seja, os coletivos vão continuar a despertar nos governos políticas públicas que incentivam as práticas que diminuem as diferenças sociais. Outro aspecto é expor que há uma necessidade do Brasil agir de forma continua para que as discussões que nascem dos encontros tenham uma legitimidade e aplicabilidade na vida dos cidadãos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após alguns anos da criação do Fórum Social Mundial, muitos aspectos ainda não alcança o pleno cumprimento de seus objetivos originais. Podemos observar que, no entanto, como proposta de movimento que reunisse muitos coletivos sociais para a discussão e proposição de medidas importantes que diminuíssem mazelas dos vários contextos sociais, pois o FSM alcança um patamar sem precedentes no mundo. Sendo que durante seu processo de realização muitas aderências da sociedade e reconhecimento como espaço de reivindicações crescem de tal maneira, que seu sucesso é garantido a cada encontro.

É notado que os esforços em seguir uma proposta alternativa, a qual vai de incidência com processo globalizante neoliberal é muito aplicado nos discursos e nas projeções do encontro. Realmente, o FSM reforça sua característica de movimento altermundista, aumentado por outras questões importantes para o debate.

De certa forma sua luta de caráter multifacetada, poderá implicar em problemas no que tange sua objetividade nas ações, contudo esse caráter híbrido atende uma característica importante nos movimentos sociais contemporâneos, espaços livres para as mais variadas opiniões e reivindicações.

No campo econômico, o FSM é uma resposta e um contra-ponto ao Fórum Econômico Mundial e às ideias de progresso contínuo e liberdade de mercado que fundamentam a regulação econômica internacional. No campo político, forjou o surgimento de uma nova geração política que apostou na globalização das lutas, na falência do Estado.

Contudo, ocorre no Fórum Social Mundial a estrutura organizativa dos comitês que coordenam os encontros precisa ser repensadas no intuito de valorizar ações de autogestão e democracia participativa. Os encontros são as oportunidades que a sociedade civil global tem para exibir avanços e retrocessos, mas de forma não imperativa e configurações autônomas.

As políticas públicas ainda precisam ser melhor trabalhadas na expressão de capacidade de transformações a qual o FSM possui, isso ocorre pelo fato de que a legitimação do aparelho estatal deve ser aplicada naquilo que realmente interessa aos princípios dos coletivos sociais, mas não a interesses de multinacionais.

Ao longo do documento, apesar de seu processo que ainda passa por constantes evoluções, o FSM é característico como espaço próprio para a discussão que estão ocorrendo no momento. As políticas públicas que ecoam das lutas de grupos coletivos, encontram melhor aderência nos encontros mundiais.

Por fim, o FSM traduz a viabilidade de reforçar a gestão participativa nas decisões capazes de ampliar garantias sociais, a fim de reconstruir práticas políticas sob novas bases de inovação. É necessário que ocorra um equilíbrio entre a perspectiva as ações das entidades do governo e as reivindicações da população. Sendo que o evento passa a ser agente de transformação social e inovação política quanto as lutas em curso na modernidade, bem como a luta constante que travam ao plano neoliberal excludente.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol II: O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CONWAY, Janet. **Place Matters: India s Challenge to Brazil at the World Social Forum.**Canadian Dimension. Oxford, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** São Paulo: Unesp, 2005.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2004.  
HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. **Império.** Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2005.

HELD, David. **La Democracia y ordem global: Del Estado Modierno al gobierno cosmopolita.** Barcelona: Paidós, 1997.

LE BON, Gustav. **The Crowd: A Study of the popular mind.** 2Nd ed. Dunwoody, Georgia: Normam Disponível em:S.Berg<<http://www.propaganda101.com/>

OnlineBooks/LeBon/LeBon\_1895/TheCrowd/LeBon\_1895\_00> .Acesso em 03 set. 2020.

LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial. A história de uma invenção política.** São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

MACHADO, Jorge Alberto S. et al. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, 2007.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais, in Bobbio, N; Pasquino, G; Matteucci. **Dicionário de Política.** Vol 2. Brasília: ed UnB, 1994.

RABELO, A. M. P. **Três estrelas do Sul Global:** O Forum Social Mundial em Mumbai, Nairóbe e Belém. 2011. 368 f. Tese (doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC (Brasília) CAPES: UAB, 2009.

SADER, Emir. **Por que o Fórum Social Mundial se esgotou.** Carta Maior, São Paulo, 13 nov 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Por-que-oForum-Social-Mundial-se-esgotou/2/29535>. Acesso em 26 nov 2019

SANTOS, Boaventura Sousa. **Fórum Social Mundial:** Manual de Uso. São Paulo: Cortez, 2005.

TARROW, Sidney. **Power in Movimento. Social Moviments, Collective Action And Politics.** New York/Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TOURAINÉ, Allan. **La producción de la sociedade.** Mexico: ISSUNAM, 1997.

WHITAKER, Francisco. **O desafio do Fórum Social Mundial** – um modo de ver. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.